



## COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BREJÃO DOS NEGROS, EM SERGIPE, PEDEM SOCORRO

### NOTA À SOCIEDADE/AUTORIDADES E PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

**URGENTE!**

*Tudo está interligado.  
Por isso exige-se uma preocupação pelo meio ambiente,  
unida ao amor sincero pelos seres humanos  
e a um compromisso constante com os problemas da sociedade  
(Laudato Si. Sobre o Cuidado da Casa Comum. Papa Francisco, 2015).*

**A CÁRITAS BRASILEIRA NORDESTE 3, CÁRITAS DIOCESANA DE PROPRIÁ E O PROGRAMA GLOBAL DAS COMUNIDADES DE NOSSA AMÉRICA LATINA<sup>i</sup>**, vêm, por meio desta, comunicar à sociedade, no âmbito nacional e internacional e pedir providências às autoridades competentes, em sede de urgência, em defesa das Comunidades de Brejão dos Negros, em Sergipe, pelos fatos seguintes: **Ataques e violações de direitos incluindo ameaças que vêm ocorrendo contra a Comunidade Quilombola Santa Cruz**, uma das acompanhadas pelas entidades mencionadas.

Localizada no território quilombola Brejão dos Negros, em Sergipe, foz do Rio São Francisco, a Comunidade Santa Cruz está sob ameaça. A devastação dos mangues tem sido intensa em toda a área litorânea do estado, de Norte a Sul. Entretanto, na última semana (28/05) houve uma destruição dos manguezais na área que já foi reconhecida pela Fundação Palmares como território quilombola.



Apesar da grande manifesta o da comunidade e de seus moradores reagindo contra a constru o de mais um tanque de cria o de camarões em área de manguezal e contra a destrui o de mais área natural para favorecer a carcinicultura (cria o de camarão), estimulada por agronegócios – até mesmo estrangeiros –, as máquinas não pararam e as viola es de direitos continuam, incluindo a devasta o da natureza e ameaças a moradores e lideranças. As opera es estão sendo executadas sem que o Poder Público local e empresas responsáveis observassem o direito da comunidade   consulta prévia, livre e informada, conforme assegurado pela Conven o 169 da Organiza o Internacional do Trabalho (OIT), ratificada e em vigor no Brasil, bem como violando outros direitos da comunidade e de seus moradores.

Para a comunidade, “o manguezal   a mãe dos povos!” Ele   o ber rio da vida marinha e bem viver dos povos das águas salgadas.   essencial para a prote o da costa, responsável também pela produ o de alimentos saudáveis, onde diversas comunidades tradicionais pesqueiras também tiram seus sustentos – não apenas estas do São Francisco. Este entendimento da comunidade   reconhecido por academias, pesquisadores e organiza es de defesa de direitos.

Os povos originários e tradicionais no Brasil, como as comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, pescadoras etc., reconhecem, preservam e cuidam da natureza, de modo que conseguem manter esta rela o “natureza-ser humano” de forma coletiva e harm nica, considerando e respeitando os limites e ciclos naturais, ao mesmo tempo em que produzem seu alimento, sustentam seu modo de viver e protegem a natureza.

Em meio a tanta explora o e desmatamento, não   por coincidência que a maioria dos lugares que ainda têm sua natureza preservada seguem com comunidade tradicional presente. Estas comunidades são as verdadeiras guardiãs da vida e resistem às ameaças e violências do sistema capitalista protegendo o meio



ambiente numa rela o de cuidado e respeito que passa pelas dimensões da espiritualidade, ancestralidade, cultura, sobrevivência e defesa de sua preserva o.

Neste contexto, precisamos entender que a dimensão “território”, especialmente preservada,   uma das principais condi oes para a (re) existência de tais comunidades. Um território apresentado com todo o seu potencial de vida   necessário para que a gera o de renda desses povos prossiga com suas atividades extrativistas, por exemplo, ou, até mesmo, que sirva de garantia   sua sobrevivência – como na questão do acesso ao alimento. Isso sem falar que o território, com seus diversos elementos, proporciona a estas comunidades o direito que todos temos de seguir expressando nossos costumes, tradi oes, religiosidade, cultura etc., de forma livre.

Quando um território em que uma comunidade quilombola está presente   ameaçado, não   apenas aquele pedaço de terra que está sob ataques. A sociedade também fica em perigo. Tudo o que faz parte dele e destas comunidades, em uma dimensão muito maior do que “apenas um pedaço de terra”   uma ameaça   existência humana em todas as suas dimensões.

Sabe-se que a obra tem licenciamento da Administra o do Meio Ambiente de Sergipe (ADEMA). **No entanto, pode ser considerado um crime liberar este tipo de “empreendimento” em território de povos tradicionais!**

Diante dos fatos narrados e da urgência, a **CÁRITAS NORDESTE 3, CÁRITAS DIOCESANA DE PROPRIÁ E O PROGRAMA GLOBAL DAS COMUNIDADES DE NOSSA AMÉRICA LATINA pedem providências às autoridades competentes, como institui oes de justiça local, estadual, federal e internacional**, para que sejam assegurados os direitos dos povos da Comunidade Santa Cruz, em Sergipe, bem como de todo o Território Quilombola de Brejão dos Negros e que sejam cessadas as opera oes que violam a natureza e direitos dos povos quilombolas, bem



como seja garantido segurança às pessoas ameaçadas, assegurando a consulta prévia, livre e informada   comunidade, como prevê a Conven o 169 da OIT, em vigor no Brasil desde 2004.

Sergipe, 02 junho de 2022.

**CÁRITAS NORDESTE 3, CÁRITAS DIOCESANA DE PROPRIÁ E PROGRAMA  
GLOBAL DAS COMUNIDADES DE NOSSA AMÉRICA LATINA**

---

<sup>i</sup> O Programa Global das Comunidades de Nossa América Latina   desenvolvido pela Cáritas Brasileira (Regionais Nordeste 3 e Norte 2), Col mbia e Honduras e apoiado pela Cáritas Alemã e Ministério Alemão. Busca melhorar a implementa o dos direitos   terra e ambientais, promover a participa o política das comunidades rurais e disseminar abordagens inovadoras para a adapta o às mudanças climáticas nos territórios envolvidos no projeto.